

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 12/06/2014 - Edição 1058

# Erika Kokay defende piso nacional para vigilantes



Erikakokay Deputada Federal (PT-DF)

A deputada Erika Kokay (PT-DF) participou na terça-feira (10), de debate para a retomada das negociações sobre um piso salarial para os profissionais de empresas de segurança e vigilância. Entidades representativas dos vigilantes de todo o País também participaram da reunião da Comissão Especial criada pela Câmara dos Deputados para analisar a proposta de piso, apresentada no projeto de lei (PL 4238/12).

Para Erika, a definição de um piso nacional é imprescindível para a valorização da categoria, que vive uma disparidade discriminatória de remuneração salarial. Ela também lembrou da necessidade de conclusão do

Estatuto da Segurança Privada, que encontra-se no Ministério da Justiça, em fase de avaliação.

“Um dos pontos fundamentais na discussão é a consolidação de um estatuto da segurança privada que inclua diretrizes sobre a jornada, remuneração e formação continuada desses profissionais. Ou seja, mecanismos que assegurem os direitos destes trabalhadores”, ressaltou.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, apresentou uma proposta em substitutivo ao projeto de lei 4238/12, já que o PL em tramitação estipula faixas entre R\$ 800 e R\$ 1100, de acordo com o grau de risco na atuação do profissional. Para os vigilantes, o valor ideal é de R\$ 3 mil.

“Para nós, não há faixas específicas de perigo. Todos os trabalhadores correm risco de vida e sofrem pressões internas e externas que impactam na saúde. Os trabalhadores morrem em qualquer lugar, seja em uma escolinha infantil, em um banco ou em um carro-forte”, afirmou.



Além da questão salarial, a deputada Erika Kokay lembrou da luta pelo ingresso das mulheres na profissão. Segundo ela, a contratação de vigilantes do sexo feminino ainda é pequena em razão da desigualdade de gêneros. “Quantas empresas aqui no Distrito Federal não contratam mulheres porque acham que não são capazes? Isso precisa acabar!”.

O relator do PL, deputado Nelson Pellegrino informou que a comissão realizará, em data a ser definida, uma nova audiência pública sobre a segurança eletrônica nos bancos. Os integrantes da comissão também aprovaram um convite ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para participar da discussão sobre o Estatuto da Segurança Privada.

Dados da Confederação Nacional dos Vigilantes confirmam a participação de 50 mil trabalhadores durante a Copa do Mundo, que começa amanhã (12). São 20 mil profissionais nos estádios e outros 30 mil divididos entre centros de treinamento e trajeto de futebolistas. Um acordo com Ministério do Trabalho garantiu direitos dos trabalhadores vigilantes durante todos os jogos no Brasil.

Os salários são discutidos com os estados a partir de um protocolo com normas reguladoras, aprovado pelo MTE em maio. Ainda de acordo com a confederação, todos os vigilantes estão cadastrados biometricamente junto à Polícia Federal, possuem ficha limpa e passaram por treinamentos específicos.

Fonte: Assessoria Erika Kokay

# Bancários paralisam agências do Itaú em Maceió para exigir segurança



Diretores do Sindicato e funcionários do Itaú paralisaram nesta terça-feira (10/06) duas agências de negócios do banco, para exigir mais contratações.

Os bancários paralisaram nesta terça-feira (10) duas agências de negócios do Itaú, em Maceió, para exigir mais contratações, melhores condições de trabalho e mais segurança. O protesto foi concentrado nas unidades que atuam sem caixas, onde foram retiradas as portas giratórias e os vigilantes.

A política adotada pelo Itaú para essas unidades é de grande risco para os funcionários e clientes, uma vez que deixa todos desprotegidos. Na ânsia de economizar com equipamentos de segurança, o banco torna as agências vulneráveis, facilitando o ambiente para os assaltantes.

“Os funcionários estão trabalhando com medo. Qualquer dia pode acontecer uma desgraça”, alerta Cláudio Gama, diretor do Sindicato dos Bancários de Alagoas e funcionário do Itaú.

Segundo ele, não é admissível que um banco como o Itaú, que lucrou R\$ 4,5 bilhões só no primeiro

trimestre deste ano, esteja economizando em segurança e colocando a vida das pessoas em risco. “Não vamos aceitar essa indecência, nem aqui em Alagoas, nem no Brasil”, avisou.

Durante a paralisação, o Sindicato utilizou faixas onde exige do Itaú o retorno das portas giratórias e dos vigilantes. Também foi distribuída uma carta à população, na qual o banco é criticado por patrocinar a seleção brasileira de futebol e, ao mesmo tempo, adotar uma política de mesquinhez com os clientes e funcionários.

Ao contrário do que promete na música que fez para a Copa, de que “vamos torcer e jogar todos juntos”, o Itaú joga contra o emprego, contra a segurança nas suas agências e também contra a saúde de seus funcionários, diz a carta.

Fonte: Seeb Alagoas



# Grupo armado troca tiros com vigilantes e assalta carro forte no Piauí

Um grupo formado assaltou nesta terça-feira (10) um carro forte que transitava na BR-115, entre as cidades de Elizeu Martins e Manoel Emídio, região Sul do Piauí. Segundo informações do capitão Valter, comandante do policiamento em Bom Jesus, entre seis e oito pessoas dispararam vários tiros contra o veículo, até que o carro forte desceu um barranco.

“O carro desceu o barranco próximo ao rio Gurgueia. Houve troca de tiros e no acidente um dos

vigilantes saiu ferido. Eles pegaram o malote, mas não havia uma quantia alta e o carro estava quase vazio”, disse o oficial.

Ainda de acordo com o militar, com exceção de um, os vigilantes não se feriram durante o confronto e também não sofreram violência por parte dos suspeitos. Os assaltantes fugiram em direção ao município de Cristino Castro, sendo que atearam fogo a um veículo cerca de cinco quilômetros antes da cidade.

“Estamos com barreiras montadas

desde a semana passada e como eles não conseguiram fazer nenhum assalto a banco, eles tentaram fazer qualquer coisa. Tanto é que foram em um carro forte sem dinheiro”, disse Valter.

A Polícia Militar está com barreiras montadas nas cidades Gilbués, Bom Jesus, Corrente e Colônia do Gurgueia. “Estamos parando todos os carros pequenos e vamos continuar realizando diligências pela região”, finalizou o capitão.

Fonte: G1

## Motorista será indenizado por desenvolver síndrome do pânico após assalto a ônibus



Vítima de síndrome do pânico depois que sofreu assalto no exercício da função de motorista de transporte coletivo da Viação Noiva do Mar Ltda., um trabalhador aposentado por invalidez obteve no Tribunal Superior do Trabalho decisão favorável ao seu pedido de indenização por danos morais. Devido à atividade de risco, a empresa foi condenada pela Quarta Turma do TST a pagar R\$ 15 mil de

indenização.

A relatora do recurso, ministra Maria de Assis Calsing, frisou que o TST tem entendido que o trabalho de motorista ou cobrador de transporte coletivo envolve situação de risco acentuado, possibilitando a aplicação do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil. Essa norma trata da responsabilidade objetiva, que independe de culpa do empregador, e foi utilizada pelo motorista, ao alegar que o assalto lhe causou stress pós-traumático, depressão e síndrome do pânico.

O trabalhador relatou que a perícia concluiu que o trabalho agiu como causa ou contribuiu para o agravamento dos distúrbios psicológicos. Além disso, afirmou que está aposentado por invalidez em decorrência dos eventos, necessitando fazer uso constante de remédios e permanecer em tratamento psiquiátrico e psicológico.

Ele recorreu ao TST após ter seu pedido de indenização negado pelas instâncias anteriores. Para o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª

Região (RS), a empresa não poderia ser responsabilizada pelo assalto “por ser inviável exigir a tomada de medidas que os impossibilitem, tendo em vista configurarem caso fortuito ou força maior”.

O TRT registrou que o motorista já tinha sido afastado pelo INSS antes de trabalhar para a Noiva do Mar. Por isso, entendeu que o desencadeamento dos distúrbios psicológicos que afetaram o trabalhador não se deu somente após o assalto.

Para a relatora no TST, porém, esse entendimento não foi suficiente para afastar o dever de indenizar. Segundo a ministra Calsing, foi verificado ser “inviável determinar a data exata do início da patologia”. Concluiu, então, que o assalto “no mínimo atuou como concausa para a invalidez que desencadeou a aposentadoria”. Além disso, acrescentou que “não se pode crer que o empregado não estava apto no momento de sua admissão, ainda mais para exercer atividade de tão grande responsabilidade”.

Fonte: TST

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF